

A AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA CONCEPÇÃO DOS ALUNOS DO TERCEIRO ANO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR COSTA VERDE

Franklin Epiphânio Gomes de Almeida¹

RESUMO

Este trabalho buscou compreender a concepção dos alunos do terceiro ano do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV) acerca da avaliação do processo ensino-aprendizagem. Para tanto, fez-se necessário entender o conceito e a importância da avaliação no contexto educacional, bem como compreender a concepção de alguns teóricos sobre o tema, mostrando o relevante papel que uma avaliação totalizadora, exerce no desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem construtivista. Verificou-se que os alunos pesquisados consideram que a avaliação na APMCV tem sido usada mais como instrumento de “medição” do conhecimento e classificação entre os alunos, e não como importante instrumento auxiliar do processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: *Avaliação – totalizadora – processo ensino-aprendizagem – construtivista – instrumento.*

ABSTRACT

This study aimed to understand the conception of third year students of Police Officer Course from Costa Verde Military Police Academy about the evaluation of the teaching-learning process. To do so, it was necessary to understand the concept and the importance of evaluation in the educational context as well as understanding the concept of some theorists on the subject, showing the important role that a totalizing evaluation exercises in the development of a constructivist teaching-learning process. It was found that the students surveyed consider that the evaluation in Police Academy has been used more as an instrument to measure the knowledge and for classification among them, and not as an important tool to assist the teaching-learning process.

Keywords: *Evaluation – totalizing – teaching-learning process – constructivist – instrument.*

¹ Oficial da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Graduado em Direito pela UNIC/Tangará da Serra - MT. Pós-graduado em Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos pela UFMT. Pós-graduado em Metodologia Científica e Docência.

INTRODUÇÃO

A avaliação do processo ensino-aprendizagem é um constante objeto de pesquisas e estudos no meio acadêmico, sendo abordado de diversas maneiras e nos mais variados contextos, com enfoques tecnológicos, políticos, filosóficos, sociológicos, entre outros.

Apesar disso, o tema foi e continua sendo pouco trabalhado em nossa Instituição Policial Militar, mesmo havendo na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso duas Unidades voltadas especificamente para a formação, capacitação e aperfeiçoamento de policiais militares (a Academia de Polícia Militar Costa Verde e o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças) e uma Escola Estadual (Escola Estadual da Polícia Militar Tiradentes). Além disso, nossos Comandos Regionais (que são as Unidades Policiais de municípios polos no Estado) e as Unidades Especializadas (tais como Batalhão de Operações Especiais, Batalhão de Trânsito Urbano e Rodoviário, entre outros) constantemente realizam algum tipo de curso de formação ou capacitação para seu pessoal.

O presente trabalho nasce então tendo em vista esta carência, e por conta do anseio de se conhecer melhor a maneira que se dá a avaliação do processo ensino-aprendizagem adotado na Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV), entendendo-se que a avaliação da aprendizagem escolar não é um elemento à parte do processo didático de ensino-aprendizagem, mas integra-o como um de seus elementos constitutivos, ou “lugares-comuns” na perspectiva de Schwab, ao lado do professor, do aluno, do contexto e do conhecimento, tendo sido introduzida como tal a partir do desenvolvimento dos estudos de Novak. (BALIEIRO, 2003, p. 62).

Assim, sendo a avaliação um dos elementos constitutivos da aprendizagem, é necessário que ela se relacione com os demais elementos do processo educativo, uma vez que exerce papel de grande relevância na construção do saber do indivíduo e contribui no processo educacional, devendo ser pensada com mais cuidado e sempre relacionada com os objetivos propostos no Projeto Político-Pedagógico da Instituição de Ensino, com o escopo de se garantir uma avaliação de qualidade que contribua para a formação significativa do indivíduo.

Partindo dos pressupostos construtivistas sobre o ensino e a aprendizagem, e levando-se em conta a teoria implícita que ilumina o currículo, devemos reconhecer que um bom ensino contribui positivamente para tornar boa a aprendizagem e que uma boa atividade de ensino e de aprendizagem torna boa a avaliação. (MÉNDEZ, 2002, p. 36)

Devido à importância da avaliação do processo ensino-aprendizagem no sistema educacional, faz-se necessário seu entendimento de maneira que possamos aperfeiçoá-la. Portanto, neste trabalho os objetivos serão os de compreender a concepção de avaliação do processo ensino-aprendizagem e sua importância; e entender como se dá a avaliação do processo ensino-aprendizagem na APMCV, correlacionando a prática avaliativa na APMCV com as propostas existentes para este fim no Projeto Político Pedagógico desta Instituição de Ensino Superior (IES).

Trataremos ainda acerca da adoção de uma postura que pratique a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso e dinamizador de uma aprendizagem significativa.

Para tanto, os procedimentos metodológicos compreenderão as pesquisas bibliográfica, documental e a de campo, corroborando a compreensão do objeto de estudos.

Quanto a pesquisa de campo, realizada no ano de 2012, sua finalidade é conhecer a concepção dos alunos do terceiro ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Academia de Polícia Militar Costa Verde – Turma Marechal Coelho – acerca da avaliação do processo ensino-aprendizagem praticado nesta Instituição de Ensino Superior na vigência do Projeto Político Pedagógico 2008/2012, o qual conduziu, ou deveria ter conduzido, as práticas educativas da referida Turma.

A metodologia empregada na pesquisa é a utilização de questionários semiestruturados aplicados a todos os alunos do terceiro ano do CFO, totalizando 35 alunos, sendo que destes, 29 retornaram o questionário.

CONCEPÇÃO E IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação é a mediação entre o ensino do professor e as aprendizagens do professor e as aprendizagens do aluno, é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender. É preciso considerar que os alunos aprendem diferentemente porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos, e isso condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Avaliar,

então é também buscar informações sobre o aluno (sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos...) é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender. (PAULO FREIRE, apud BARBOSA, 2008)

Luckesi (2002, p. 92) nos informa que o termo avaliar tem origem latina a partir da composição de *a-valere*, que significa “dar valor a...”, e continua dizendo que a avaliação representa a atribuição de valor, um posicionamento positivo ou negativo em relação ao um determinado objeto (algo, alguém, uma ação). Avaliar então significa atribuir valor, ao mesmo tempo em que representa o acompanhamento dos resultados obtidos exigindo uma tomada de posição favorável ou desfavorável ao objeto avaliado, colhendo informações para progredir.

Sendo desvirtuado de sua essência, a avaliação sempre teve um cunho de atividade de controle e seleção, o que acabava por incluir uns e excluir outros. O que hoje denominamos avaliação por muito tempo foi chamado de exame. (ESTEBAN, 2001, p. 29)

Bem recentemente, a “avaliação” ganha uma dimensão mais abrangente, passando a ser referenciada como “avaliação do processo de ensino-aprendizagem”. Essa dimensão traz em seu bojo uma nova abordagem epistemológica que orienta não apenas uma nova avaliação, como também uma nova forma de relacionar-se com os demais elementos do processo educativo. (BALIEIRO, 2003, p. 16)

Como nos informa Esteban (2001, p. 30), Weber, quando se refere ao uso do exame pela burocracia chinesa, por volta de 1200 a.C., para selecionar, entre os homens, aqueles que ingressariam no serviço público, nos traz o que pode se considerar a primeira notícia que possuímos acerca de exame. Manifesto que o exame não aparece como uma questão educativa, mas como um instrumento de controle social.

Por meio dos ensinamentos de Bellan (2008, p. 117-119), verificamos que nos mais diversos setores da sociedade, a avaliação acontece em todos os processos que buscam a qualidade de seus resultados, e na educação não é diferente. Todavia, temos um grande desafio quando falamos de avaliação do processo ensino-aprendizagem, uma vez que seu entendimento, quase sempre, está associado ao simples ato de atribuir uma nota à capacidade do aluno em mostrar, numa prova, os conhecimentos que adquiriu (ou que reteve até o dia da prova) de determinada matéria. Dessa forma,

limitamos a avaliação e corremos o risco de provocar sérios prejuízos ao aprendiz, que se sentirá rotulado e incapaz.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem é muito mais que isso. Ela é um processo complexo, marcado por variados contextos, ideologias e perspectivas, é um assunto que permite diversas abordagens, desde questões técnicas, filosóficas, políticas, psicológicas, sociais, legais, metodológicas, ideológicas, etc.. É um assunto muito presente em nosso cotidiano e que tem desafiado pesquisadores, professores e alunos desde sempre.

Muito equivocadamente a avaliação da aprendizagem escolar tem sido tratada como um elemento à parte do processo ensino-aprendizagem quando, na verdade, ela deve ser parte integrante do processo educacional, estando presente durante todo momento, pois é um de seus elementos constitutivos e exerce grande influência no desenvolvimento educacional do indivíduo, subsidiando a construção bem-sucedida da aprendizagem, uma vez que visa promover mudança de comportamento. Assim, a “avaliação é o processo mediante o qual se determina o grau em que essas mudanças de comportamento estão realmente ocorrendo”. (TYLER, 1979, p. 99)

Novak ao justificar a inclusão do elemento avaliação como um dos cinco elementos básicos do processo educativo argumentou que estudos realizados “em escolas e noutros âmbitos, nomeadamente em empresas, demonstraram que muito do que passa no ensino e/ou aprendizagem, depende das formas de avaliação utilizadas”. (NOVAK, apud BALIEIRO, 2003, p. 18). Assim, não há como negar a importância da avaliação no contexto ensino-aprendizagem.

Segundo Luckesi, avaliação da aprendizagem é “um juízo de qualidade sobre dados relevantes para uma tomada de decisão”. (2002, p. 09) Isto significa que ao se avaliar a aprendizagem de um indivíduo acerca de um conhecimento ou habilidade é necessário que seja feito um julgamento sobre a qualidade do que foi produzido, ou seja, necessário verificar se o que foi apresentado pelo indivíduo satisfaz os parâmetros estabelecidos e propostos pelo avaliador, que por sua vez, deve ter optado por parâmetros relacionados ao Projeto Político Pedagógico do curso.

Após feito este julgamento de qualidade, não basta apenas tomar nota do que foi verificado, como é a prática no processo ensino-aprendizagem adotado em nosso

país. É imprescindível que seja tomada uma decisão acerca do resultado obtido: se o resultado satisfizer os parâmetros estabelecidos e propostos pelo avaliador, o indivíduo avaliado poderá então progredir para as próximas temáticas a serem desenvolvidas, todavia, se o resultado não for satisfatório, impende diagnosticar o que aconteceu para que o avaliado não conseguisse obter o rendimento esperado, e buscar novas formas de lhe transmitir as informações necessárias para a construção do conhecimento. (BELLAN, 2008, p. 117-119)

Logo, a avaliação é uma tarefa didática necessária e constante do trabalho de docência, que deve acompanhar a par e passo o processo de ensino e aprendizagem. É por seu intermédio que os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades e, também, reorientar o trabalho docente. Demonstra-se dessa forma como uma reflexão acerca da qualidade do trabalho escolar de seus principais personagens: professor e aluno. Assim, a avaliação é uma tarefa complexa que não se resume a realização de provas e atribuições de notas. (BARBOSA, 2008)

Na perspectiva de Bellan (2008, p. 117-118), temos que:

A avaliação deve ser o instrumento de identificação das evidências para a melhoria do ensino aprendizagem.

Com esta perspectiva, a avaliação da aprendizagem ganha um aspecto novo e construtivo no ensino. Ela é a alavanca para o trabalho do professor e um incentivo para o aprendiz.

Ela deve provocar um efeito espiral, que vai da reflexão à ação e, novamente à reflexão, e assim por diante, criando oportunidades estimulantes para o aluno e professor, até que se atinja o objetivo proposto.

A avaliação, neste conceito, não é o final de um processo, mas a alavanca que impulsiona a busca por soluções, o enfrentamento dos obstáculos e um novo tempo para a aquisição de conhecimentos.

No mesmo sentido que Luckesi, Libâneo (1994, p. 196) considera que avaliação escolar é

(...) um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes.

Verificamos então que o ato de avaliar traz em sua essência ações que determinam o valor de algo ou de alguém e dessa maneira integra nosso cotidiano desde os primórdios, uma vez que somos avaliados a todo momento.

A avaliação em sua essência, como instrumento de apoio à aprendizagem, deve ser realizada de maneira totalizadora, promovendo o desenvolvimento do conhecimento do aluno através de suas potencialidades, por meio de um processo de orientação e interação entre professor e aluno. É uma necessária reflexão sobre a qualidade daquilo que foi trabalhado, desenvolvido tanto pelo professor, quanto pelos alunos.

Infelizmente, nossa sociedade desvirtuou a aplicação da avaliação do ensino-aprendizagem, tendo reservado às instituições de educação o poder de conferir notas e certificados que atestam o conhecimento ou a capacidade do indivíduo, tornando assim imensa a responsabilidade de quem avalia, burocratizando um processo que deveria ser natural.

Assim, o termo avaliar tem sido constantemente associado a expressões como: fazer prova, fazer exame, atribuir nota, repetir ou passar de ano. Esta associação, tão presente ainda em nossas escolas, é resultante de uma concepção pedagógica ultrapassada, mas tradicionalmente dominante. Nela, a educação é concebida como mera transmissão e memorização de informações prontas e o aluno é visto como um ser passivo e receptivo. Em consequência, a avaliação se restringe a medir a quantidade de informações retidas. Nessa abordagem, em que educar se confunde com informar, a avaliação assume um caráter seletivo e competitivo. (BARBOSA, 2008)

POR UMA AVALIAÇÃO TOTALIZADORA

Sempre tive medo da avaliação – respondeu a testemunha sem pestanejar. – Em toda a minha vida escolar e, depois, como profissional, a ideia que me passaram era de ameaça e punição – prosseguiu com um certo rancor na voz. – Diziam que se eu não estudasse para a prova, se não fizesse o trabalho, se conversasse durante a aula, se cometesse qualquer deslize, enfim, teria minha nota sensivelmente prejudicada. Aliás, só me falavam de nota, de conceito, de boletim, de relatório de desempenho. Ninguém jamais me explicou o que havia por trás daquela parafernália de números e instrumentos de avaliação. (DEPRESBITERIS, 1999, p. 12)

Todos nós já estivemos, estamos ou estaremos em situação de sermos avaliados num processo de ensino-aprendizagem. Quantos de nós já experimentou aquela sensação de medo de uma avaliação? Quantos já perdemos noites de sono preocupados com a avaliação que seria aplicada no dia seguinte? Será que como demonstrado na citação acima, não nos passaram também uma ideia de ameaça e

punição acerca da avaliação? Tivemos a felicidade de ter algum professor que nos explicasse o que há por trás daqueles instrumentos de avaliação, daqueles números e conceitos, que nos fizesse entender o quão importante é a prática avaliativa no contexto educacional?

Infelizmente o que se verifica sem muita dificuldade é que a avaliação da aprendizagem tem se manifestado como um lugar de práticas autoritárias, ameaçadoras e seletivas na relação pedagógica (LUCKESI, 2002, p. 168). Tem se mostrado como uma exigência burocrática do sistema, como uma obrigação a ser cumprida fins separar os aptos dos inaptos a prosseguir na vida acadêmica, sendo que na concepção de Luckesi (2002, p. 28) a prática da avaliação educacional que predomina hoje é realizada num “modelo teórico de compreensão que pressupõe a educação como um mecanismo de conservação e reprodução da sociedade”, ou seja, a avaliação como praticada atualmente é um instrumento disciplinador tanto das condutas cognitivas como também sociais, visando classificar, examinar, diferenciar, excluir, a serviço do controle e enquadramento dos indivíduos nos parâmetros previamente estabelecidos de equilíbrio social.

Fala-se muito em avaliação, todavia, todos conceituam-na e interpretam-na à sua maneira, muitas vezes apresentando significados distintos. Mas algo que não pode ser dissociado é avaliação e qualidade, posto que todos agem em nome de uma avaliação de qualidade, apesar de que o eixo norteador não tem sido o mais adequado, já que o que se tem perguntado com frequência é como fazer a avaliação, numa clara preocupação com os métodos e instrumentos a serem aplicados. Entretanto, importa primeiramente refletir sobre o porquê e o para que da avaliação, de modo que o propósito de aprender ocupe o centro do processo.

O ato de avaliar, ao mesmo tempo que pode gerar crescimento e descobertas, pode, também, gerar marcas negativas na vida do ser humano. Avaliar cognitivamente apenas, medindo-se o desempenho dos alunos somente por meio de notas ou conceitos tem-se mostrado insuficiente e não mais possível, ao passo que a avaliação formal do sistema escolar, com data e obrigatoriedade, não deve ser desprezada, mas realizada com preparo técnico e didático, respeitando-se critérios previamente estabelecidos.

Apesar de ser importante saber que a medida é necessária para a avaliação, importa mais enxergar além e verificar que a avaliação ultrapassa a medida em seu significado, pois oferece ao educador um suporte dinâmico a serviço da construção da aprendizagem bem-sucedida, ao se retornar com o indivíduo às problemáticas que não lhe foram captadas de maneira desejável, servindo de instrumento que guiará o professor na busca de novas formas de ensinar o conteúdo não aprendido. Por isso, o ato de avaliar deve estar fundamentado em atitudes construtivas, baseadas na ética, no respeito e na justiça. Uma avaliação, quando bem realizada, é capaz de verificar o que o aluno realmente aprendeu, além de fornecer subsídios para o avanço do trabalho do docente.

A avaliação diagnóstica, crítica e construtiva são saídas para o modo autoritário de agir na prática avaliativa educacional, e meios de auxiliar a construção de um modelo de educação que esteja a favor da democratização da sociedade. (LUCKESI, 2002, p. 11)

Dessa forma, o princípio avaliativo deve ser totalizador, abrangendo todos os aspectos e potencialidades dos alunos, mostrando quais são os conhecimentos (domínio cognitivo), as atitudes (domínio afetivo) e as habilidades (domínio psicomotor) que o aprendiz adquiriu, bem como determina quais as dificuldades que precisam ser trabalhadas. Assim, o professor fará uma revisão a fim de redirecionar ou reformular suas estratégias educacionais, caso necessário. (BELLAN, 2008, p. 118-119)

Diversos autores enxergam três principais funções que a avaliação deve exercer ou ações que devem empreender, a seguir detalhadas.

A avaliação no exercício de sua função diagnóstica precisa ser realizada no início do trabalho, na entrada, identificando os pré-requisitos necessários, sondando as habilidades presentes ou não, tornando-se uma ferramenta dialética de avanço e identificação de novas direções a serem tomadas. Neste mesmo sentido, Luckesi (2002, p. 43) defende que a avaliação “terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos”. Portanto, esta avaliação determinará o ponto de partida no caminho em direção ao objetivo traçado.

No exercício da função formativa, a avaliação tem o propósito de formar, construir o conhecimento, revestindo-se de características qualitativas. Transveste-se de características de continuidade e acompanhamento, permitindo identificar se os educandos estão, de fato, alcançando as metas estabelecidas no planejamento, ou se há necessidade de correção de rumo. É ela que dará ao aluno o conhecimento de suas deficiências e o estimulará a prosseguir (criará o desejo de obter resultados mais satisfatórios), além de informar ao professor sobre seu rendimento naquela determinada unidade de ensino.

Constitui-se, então, a avaliação formativa num instrumento preciso de averiguação, a qual Perrenoud (1999, p. 104) prefere denominar *observação formativa*:

Melhor seria falar de *observação formativa* do que de avaliação, tão associada está esta última palavra à medida, às classificações, aos boletins escolares, à ideia de informações codificáveis, transmissíveis, que contabilizam os conhecimentos. Observar é construir uma representação realista das aprendizagens, de suas condições, de suas modalidades, de seus mecanismos, de seus resultados. A observação é formativa quando permite orientar e otimizar as aprendizagens em curso sem preocupação de classificar, certificar, selecionar.

Nota-se então que a avaliação formativa não é o término, a linha de chegada, mas o intermédio para fazer com que conteúdos sejam cada vez mais bem compreendidos pelos alunos, subsidiando e acompanhando a aprendizagem, exercendo importante papel na construção do conhecimento.

A função somativa da avaliação reveste-se de características quantitativas, uma vez que tem a função de classificar os alunos, no final de um período de aprendizagem, em níveis de aproveitamento (BELLAN, 2008, p. 120). É um balanço final que permite verificar o que foi assimilado pelo aprendiz.

Libâneo (1994, p. 196) considera que no processo ensino-aprendizagem a avaliação exerce três tarefas, a saber:

a) verificação: que consiste na coleta de dados sobre o aproveitamento dos alunos por meio de um instrumento escolhido e determinado pelo professor, a exemplo de provas, exercícios, trabalhos escritos e/ou apresentados, observação de desempenho, entre outros;

b) qualificação: análise dos resultados alcançados em relação aos objetivos pretendidos, e se for o caso atribuição de notas e conceitos;

c) apreciação qualitativa: que seria a avaliação propriamente dita dos resultados com relação ao padrão de desempenho esperado.

Este mesmo autor (LIBÂNEO, 1994, p. 196-198) diz que a avaliação cumpre pelo menos três funções, que atuam de forma interdependente e não podem ser consideradas isoladamente, quais sejam: pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle.

A avaliação cumpre sua função pedagógico-didática quando realiza os objetivos gerais e específicos da educação escolar, entendidos como o atendimento das finalidades sociais do ensino ao se preparar o aluno para as exigências da sociedade e ao inseri-lo nesta sociedade, além de lhe mostrar a importância do estudo.

Corroborando o entendimento da função diagnóstica acima apresentada, Libâneo entende que a função diagnóstica da avaliação é aquela que permite a identificação dos avanços e dificuldades apresentados pelos alunos e pela atuação do próprio professor, de maneira a determinar ou não modificações do processo de ensino de modo a melhor cumprir os objetivos propostos. Esta função precisa ocorrer em três momentos distintos, que são: no início, durante e ao final do desenvolvimento das aulas.

No início se faz necessário identificar os conhecimentos e experiências já disponíveis ao aluno, para que o trabalho se dê a partir de tais perspectivas, facilitando a apreensão do novo conhecimento.

Durante o desenvolvimento das aulas, é preciso acompanhar o progresso dos alunos, verificar se estão assimilando os conteúdos transmitidos, corrigir e esclarecer eventuais falhas e dúvidas, bem como fazer uma auto avaliação de como está se dando a condução de seu trabalho como professor. Pode ser que seja latente a necessidade deste educador descobrir a forma de aprender de cada aluno de maneira que possa reconstruir sua prática pedagógica.

Considera Libâneo que, ao final é muito importante avaliar os resultados da aprendizagem, uma vez que tal ação servirá para realimentar o processo de ensino.

A função de controle diz respeito aos meios de verificação dos resultados escolares alcançados pelos alunos, permitindo ao professor verificar como os alunos estão assimilando os conhecimentos e habilidades desejáveis. Tal controle pode se dar

por diversos instrumentos que podem ser aplicados de maneira parcial e final, nos períodos estabelecidos pela instituição de ensino.

Tanto no cumprimento da função diagnóstica quanto da função de controle, é preciso inovar e usar outros instrumentos além das provas. Instrumentos que sirvam de regulação e observação individualizada e sistemática dos indivíduos em sala de aula, interpretando-os como únicos, acompanhado suas competências, habilidades, valores e atitudes no dia-a-dia. Isto porque é facilmente perceptível, a título de exemplo, que a avaliação escrita muitas vezes poderá não avaliar o aluno adequadamente, pois o mesmo pode não ter entendido a matéria e apenas ter decorado o conteúdo para a avaliação na sua véspera.

Tal pró-atividade representada por esta inovação na avaliação do processo ensino-aprendizagem certamente desencadearia o rompimento de certos “pactos da mediocridade”, como por exemplo quando há alunos que faltam muito às aulas, mas ainda assim tiram notas boas. Nesse sentido temos Perrenoud:

A prova cumulativa e o exame dão ao aluno uma chance – real ou imaginária – de enganar: preparação intensiva de última hora para o *baccalauréat*, ‘cola’, auxílio mendigado, sedução desarmadora, ausências calculadas (Perrenoud, 1995a), permitindo-lhe influenciar o julgamento do professor. [...] A avaliação formativa, contínua e intensiva, não oferece proteção alguma aos alunos para quem a preguiça ou a indiferença do professor são as únicas chances. (PERRENOUD, 1999, p. 133-134)

Verifica-se então que avaliar o aluno apenas no aspecto de seu desenvolvimento cognitivo é avaliar apenas uma pequena dimensão do processo de aprendizagem, o qual se mostra muito mais amplo. É negar-lhe o desenvolvimento de todas as suas possibilidades e permitir-lhe se beneficiar de falhas no sistema como o citado acima.

Daí para que a avaliação assuma sua função de subsidiar, acompanhar, auxiliar a aprendizagem, esta deve assumir um papel relevante na construção do conhecimento, abrindo espaço para o questionamento, investigação e reflexão sobre a prática pedagógica, entendendo o espaço pedagógico como interativo, dinâmico e relacional. Agora para que isso ocorra é preciso que seja construído coletivamente no Projeto Político Pedagógico da instituição. Além disso, é necessário que haja uma tomada de decisão por parte dos professores, refletindo sobre sua prática,

identificando que concepção de ensino-aprendizagem a fundamenta, iniciando então uma mudança em suas estratégias, em suas aulas, tornando-as mais dinâmicas e ativas, deixando de ver no aluno apenas o aspecto cognitivo.

A AVALIAÇÃO E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA APMCV

[...] a avaliação da aprendizagem é um mecanismo subsidiário do planejamento e da execução. É uma atividade subsidiária e estritamente articulada com a execução. É uma atividade que não existe nem subsiste por si mesma. Ela só faz sentido na medida em que serve para o diagnóstico da execução e dos resultados que estão sendo buscados e obtidos. A avaliação é um instrumento auxiliar da melhoria dos resultados. (LUCKESI, 2002, p. 150)

Não é a aprendizagem o centro, o cerne do processo de ensinar? Não é verdade que a função essencial da avaliação é subsidiar a aprendizagem, exercendo um papel de importante auxiliar, deixando de ser utilizada apenas como um recurso de autoridade? Pensando a avaliação como um instrumento auxiliar da melhoria dos resultados, devemos entender que ela atua de maneira subsidiária ao planejamento e a execução do ensino proposto pela instituição, espera-se, portanto, que “a avaliação se torne uma ‘poderosa alavanca’ para a ampliação do êxito na escola”. (HADJI, 2001, p. 9) Como se não bastasse, a avaliação, “ao lado do planejamento e da execução do ensino, constitui um todo delimitado por uma concepção filosófico-política da educação”. (LUCKESI, 2002, p. 12)

Voltando nossos olhos para o contexto escolar, verificamos que, desde a criação da escola como espaço privilegiado para a educação do ser humano, gerou-se, outrossim, um espaço favorável ao desenvolvimento de uma concepção teórica de educação em consonância com uma concepção teórica de sociedade. Assim sendo, “a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica”. (LUCKESI, 2002, p. 28) Mas quais são atualmente esses modelos? Como se dá a prática pedagógica da avaliação no campo da educação?

Daí a importância de conhecermos e entendermos como a avaliação do processo ensino-aprendizagem está contemplada no Projeto Político Pedagógico 2008/20012 da Academia de Polícia Militar Costa Verde, que é o documento que

planejou detalhadamente os diversos aspectos do ensino que seriam desenvolvidos naquela Instituição de Ensino Superior no quinquênio estabelecido.

O desenvolvimento do indivíduo em sua plenitude deve ser um compromisso ético, social, político e metodológico tanto da escola quanto do professor. Deve estar presente em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) de maneira explícita e detalhada, refletindo uma postura prioritária do ensino, visando considerar diversas capacidades do indivíduo e não apenas as capacidades cognitivas.

A prática da avaliação da aprendizagem não deve acontecer distanciadamente daquilo que está proposto no PPP, muito pelo contrário, deve retratá-lo, uma vez que é o PPP que foi pensado, planejado com vistas ao alcance de uma série de objetivos na educação, e o processo de avaliação consiste em determinar em que medida os objetivos educacionais estão sendo atingidos, em que medidas as mudanças desejáveis no saber-fazer dos alunos estão ocorrendo. Na concepção de Bloom, apud Sant'Anna (1995, p. 29), "a avaliação é a coleta sistemática de dados, por meio da qual se determinam as mudanças de comportamento do aluno e em que medida essas mudanças ocorrem".

Nesse sentido Hadji (2001, p. 15) entende que a avaliação deve estar muito bem estruturada, articulada com o PPP e todo o processo de ensino, sendo colocada à serviço da aprendizagem, constituindo-a.

Pensar a avaliação do processo ensino-aprendizagem é pensá-la numa dimensão metodológica e pedagógica, contextualizada, de acordo com os princípios coletados no Projeto Político Pedagógico - PPP - da escola. Desta forma deve ser compreendida como momento de aprendizagem e não como instrumento de verificação de aprendizagem, como bem recomenda Luckesi (apud GAMA 1993, p. 166). Pensamento que coloca a avaliação numa dimensão muito mais abrangente. Pressupõem-se, ainda, ser o PPP elaborado pelo coletivo orgânico da escola (GAMA 1993, p.166). É na construção do PPP que todos elementos do processo educativo se constituirão e, por sua vez, a avaliação. Pois, a avaliação não pode continuar a ser trabalhada isoladamente, nessa dimensão restritamente técnica, em detrimento da ética, como o é no modelo tradicional de ensino. Avaliação ética é acima de tudo justa, que se justifica com a necessária transparência, valendo-se de critérios explícitos e com o devido respeito a todos envolvidos. Princípios que devem estar contemplados no PPP. (BALIEIRO, 2003, p. 34)

Com o intuito de conhecermos melhor o PPP da APMCV, vejamos quais são suas considerações acerca da avaliação da aprendizagem a ser desenvolvida na Instituição.

Na seção Princípios Pedagógicos, o oitavo princípio tratado diz respeito à avaliação, como vemos a seguir:

8. A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, visa medir em termos qualitativos e quantitativos, o desempenho da escola, dos professores e dos discentes, tendo como finalidades:

- Corrigir, em tempo hábil, qualquer desvio, na busca de objetivos fixados no projeto pedagógico e plano de curso, através de constante aperfeiçoamento da atuação docente;
 - Verificar a necessidade de correção do processo de ensino e aprendizagem;
 - Verificar a mudança de comportamento dos discentes e o atendimento dos objetivos contidos em cada programa de disciplina;
 - Medir aproveitamento e classificar os discentes;
 - Fornecer subsídios para a pesquisa pedagógica sobre resultado de avaliação.
- (Projeto Político Pedagógico 2008/2012 da Academia de Polícia Militar Costa Verde, p. 24)

Continua o documento a tratar acerca de avaliação da aprendizagem na seção denominada Processo de Avaliação da Aprendizagem, transcrita a seguir:

A avaliação da aprendizagem é um procedimento didático de acompanhamento da aprendizagem, de diagnóstico e controle. Serve para determinar, de um lado, em que grau foi atingido os objetivos fixados, e de outro lado, a eficiência do ensino e das atividades desenvolvidas pelo professor. Na EsFO a avaliação tem ainda a função de classificar os cadetes, sobretudo nas fases de transição entre um ano e outro. Esta classificação será responsável em parte pelas promoções que ocorrerão no decorrer da vida profissional do oficial.

Apesar do caráter classificatório da avaliação, por questões organizacionais, APMCV tem buscado trabalhar junto ao corpo docente nova possibilidade do fazer pedagógico no tocante a avaliação, em que as práticas avaliativas devem ser objeto constante de reflexão crítica para que introduzam inovações, e mais, oportunizando ao discente mediante as situações de avaliação seus esquemas de percepção, pensamento, avaliação, decisão e ação para que possa reconsiderar suas próprias ideias, numa visão de aprendizagem como processo de reconstrução permanente.

O objetivo essencial da avaliação é auxiliar a docentes e discentes a visualizarem a qualidade do ensino e aprendizagem, a partir de critérios definidos e transparentes, a fim de uma aplicação deste componente curricular de forma desapaixonada e desvinculada de posições autoritárias, preservando, porém, a autoridade contextual do professor. (Projeto Político Pedagógico 2008/2012 da Academia de Polícia Militar Costa Verde, p. 64 e 65)

Percebe-se que o Projeto Político Pedagógico da APMCV não dispensou a desejada atenção no desenvolvimento daquilo que pretende para a avaliação do processo ensino-aprendizagem da escola, uma vez que os textos citados são as únicas referências explícitas sobre tal assunto em todo o extenso PPP, sendo que poderia e deveria ter sido objeto de maiores e mais completas reflexões, trabalhado mais

detalhadamente, dada a importância que a avaliação, como um dos elementos constitutivos da aprendizagem, exerce no processo ensino-aprendizagem.

Apesar disso, as finalidades apontadas para a avaliação na escola são pertinentes desde que estejam sendo aplicadas adequadamente, exceto quando, não obstante sua declarada concepção construtivista da educação, o PPP traz um enfoque significativo para a função classificatória da avaliação de seu processo ensino-aprendizagem, dada as peculiaridades do mecanismo de promoção² do profissional formado.

O PPP não faz menção de como fará para acompanhar o desenvolvimento e avaliar se estão sendo alcançadas as finalidades propostas para a avaliação educacional na APMCV, de modo que esta pesquisa surge num momento propício, fins fazer esta verificação, com base na concepção dos alunos do terceiro ano do CFO, como veremos no capítulo a seguir.

A CONCEPÇÃO DOS ALUNOS DO CFO III ACERCA DA AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA APMCV

Neste capítulo são apresentadas a análise, a interpretação e a discussão dos resultados encontrados na pesquisa de campo. Os dados foram coletados por meio da aplicação do instrumento questionário, contendo perguntas abertas e fechadas, fornecendo-nos subsídios quantitativos e qualitativos acerca do nosso objeto de estudo.

Com o intuito de conhecermos a concepção dos alunos do terceiro ano do Curso de Formação de Oficiais da APMCV acerca da avaliação do processo ensino-aprendizagem adotado naquela escola aplicamos o questionário constante do Apêndice I aos trinta e cinco alunos da turma. Destes, um total de 29 alunos retornaram o questionário, o que nos possibilitou uma visão ampla do que se passou com relação ao processo avaliativo entre os anos 2010-2012³ na APMCV.

² Na Polícia Militar temos a promoção por antiguidade, sendo que esta é considerada pela data de ingresso na instituição. Todavia, entre aqueles que ingressaram na mesma data, e consequentemente fazem parte da mesma turma de formação, a antiguidade se dará pela classificação na turma, dada pela média das notas obtidas durante o curso.

³ Nossa pesquisa se restringe aos anos de 2010-2012, uma vez que a turma pesquisada, Turma Marechal Coelho, ingressou na APMCV no ano de 2010 e se forma neste ano de 2012.

O questionário foi aplicado pessoalmente por este pesquisador, tendo deixado claro que era importante que eles respondessem com isenção e sinceridade, além de que deveriam levar em conta o contexto dos três anos do Curso.

Na tentativa de proporcionar uma melhor visualização dos dados, estes foram apresentados, quando possível, por meio de gráficos, seguidos de sua respectiva análise e interpretação, sendo que é seguida a ordem das questões conforme estão no questionário, acompanhadas de seus respectivos enunciados.

RESULTADO

A primeira questão: *“Você considera a avaliação do processo ensino-aprendizagem do CFO como:”*, objetivou obter uma primeira compreensão, ainda que geral, de como os alunos do terceiro ano do CFO conceituam a avaliação do processo ensino-aprendizagem adotado na APMCV. As opções conceituais eram: muito bom; bom; regular; ruim; ou muito ruim. A seguir, o gráfico que representa as respostas obtidas:



Fonte: questionário aplicado em pesquisa de campo com os alunos do CFO III

Gráfico 01

Percebe-se que a grande maioria dos alunos pesquisados (69%) consideram a avaliação do processo ensino-aprendizagem no CFO como regular.

Ainda na primeira questão, perguntamos aos alunos se eles proporiam que a avaliação fosse diferente, caso positivo, como. Quase todas as respostas enfatizaram as mesmas deficiências e demonstraram os mesmos desejos de mudança. Os alunos

disseram que as avaliações no CFO enfatizam muito a nota obtida pelo aluno, principalmente por conta da questão da classificação, que está intrinsecamente ligada aos fatores antiguidade e promoção. Com isso não haveria uma prioridade para o aprendizado de fato, mas apenas uma preocupação com a nota a ser obtida, que acaba por incentivar o estudo de última hora e o “decoreba”. Criticam ainda uma suposta pessoalidade de certos professores com relação a alguns alunos.

Propõem que a relação professor-aluno seja de maior proximidade e representem uma abordagem construtivista da aprendizagem. Que para evitar pessoalidade na avaliação as questões deveriam ser objetivas e deveria haver acompanhamento mais aproximado dos coordenadores do curso.

A segunda e a terceira questões, respectivamente: “Que tipo de avaliação ensino-aprendizagem prefere? Por quê?”; e “Que tipo de avaliação ensino-aprendizagem não prefere? Por quê?”, pretendiam identificar os tipos de avaliação preferidas dos alunos, bem como suas características enquanto instrumentos de medição.

Pelas respostas dadas às questões percebe-se que todos os alunos criticaram a avaliação por meio de trabalhos em grupos, posto que sempre há nos grupos aqueles que se preocupam e trabalham e os que não fazem nada e acabam “pegando carona” na nota de quem se esforçou, sendo que fica difícil para o professor distinguir tais pessoas. Que tal metodologia torna-se ainda pior quando os professores conferem notas iguais a todos os membros do grupo. Assim, preferem que se for necessário o trabalho, que seja feito individualmente.

A maior parte dos alunos diz ser importante aplicar avaliações que aliem a teoria e a prática. Com relação ao instrumento prova, as opiniões se dividem. A grande maioria prefere provas objetivas justificando que evita a pessoalidade do professor quando da atribuição de notas. Mas, ao mesmo tempo, lembram que tais provas favorecem o “decoreba”. Há ainda alguns alunos que preferem as provas subjetivas, pois permitem ao aluno demonstrar de maneira mais ampla seu conhecimento sobre determinado assunto, ainda que haja o risco da pessoalidade na correção.

A questão quatro: “Após as avaliações, os erros e acertos de cada aluno são

trabalhados e discutidos pelo professor, buscando o entendimento, identificando onde possa ter havido dificuldade na transmissão/recepção do conteúdo? Em quantas disciplinas? Comente e explicita em quais disciplinas.”, teve por escopo identificar se os professores da APMCV adotavam uma postura construtivista no retorno das avaliação, utilizando a avaliação em sua função formativa, entendendo a avaliação como um instrumento de apoio à aprendizagem do discente, promovendo a orientação e interação professor-aluno.

As respostas à esta questão dão conta de que pouquíssimos professores discutem com os alunos sobre as avaliações, realizando um adequado *feedback*. Que ainda há uma cultura implícita de medo dos alunos em questionarem os professores sobre pontos discordantes. Citam que em matérias como Direito Penal, Direito Penal Militar, Direito Processual Penal Militar, Defesa Territorial, houve este retorno.

A questão cinco teve por escopo identificar se os docentes realmente estavam dando continuidade e o devido acompanhamento ao processo ensino-aprendizagem por meio da avaliação, não a utilizando apenas como instrumento de medida e de classificação, mas também para correção de rumos por meio da retomada dos conteúdos que eventualmente não ficaram claros para os aprendizes.

O enunciado da quinta questão era: “Quando numa avaliação é verificado que grande parte da turma teve dificuldade no entendimento de algum tópico, tal assunto é novamente ensinado de uma maneira diferente? Em quais disciplinas isto foi observado?”

Quanto a este questionamento os alunos responderam que a maior parte dos professores não retoma o assunto. Que os poucos que o fizeram, foi porque grande parte da turma não entendeu a matéria, e a pedido dos próprios alunos. Disciplinas em que foi retomado a temática voluntariamente pelos professores, segundo os alunos pesquisados, foram Direito Penal, Direito Penal Militar, Direito Processual Penal Militar e Tiro Policial. Lembram os alunos que um fator importante a ser levado em conta com relação a esta questão é que a carga horária exígua de algumas disciplinas impediriam os professores de retomarem o assunto.

A sexta questão: “Quais critérios você pensa serem levados em conta quando avaliado?”, tinha a finalidade de identificar quais os critérios os alunos acreditam que

havia sido considerados nas avaliações a que foram submetidos.

A maioria dos alunos respondeu que acreditam que os professores adotam o critério de avaliar o conteúdo previsto na ementa da disciplina e que tenha sido ministrado em sala de aula. Assim, estariam cobrando os conhecimentos assimilados pelos alunos. Todavia, salientam que há professores que não corrigem as avaliações e concedem notas iguais a todos os alunos; há professores que são parciais e concedem notas de acordo com a afinidade que tem com os alunos; nestes casos a personalidade prevalece.

A questão sete: “Qual sua opinião sobre a forma que as avaliações de ensino-aprendizagem são elaboradas pelos professores da APMCV, por quê?”, teve o intuito de buscar subsídios críticos dos alunos acerca da maneira que eles enxergam a elaboração das avaliações pelos professores, sem especificar ou explicar qualquer conceito base para suas observações.

Percebe-se que há uma grande crítica dos alunos quanto a um fato grave: os professores estariam aplicando reiteradamente as mesmas provas ano após ano nas turmas do CFO, permitindo aos alunos descobrirem os assuntos que serão abordados por meio de uma simples conversa com os alunos de turmas anteriores. Dessa forma, consideram as avaliações defasadas, não correlacionadas à realidade atual. Poucos alunos citaram que há professores que são verdadeiramente dedicados à causa docente e estão comprometidos com as aulas e na construção das avaliações.

Na oitava questão, a qual também teve por objetivo extrair a percepção dos alunos acerca das avaliações a que foram submetidos, todavia, direcionando-os à uma análise mais detalhada e baseada num conceito de avaliação como instrumento auxiliar para o desenvolvimento da aprendizagem do discente.

As avaliações que lhe foram aplicadas durante o CFO podem ser consideradas elementos constitutivos do processo ensino-aprendizagem no sentido de que servem de instrumento para o professor saber como está o desenvolvimento de cada aluno na disciplina, permitindo-lhe identificar dificuldades e progressos, melhorando o ensino da disciplina ou são apenas instrumentos de medições e atribuições de notas e/ou conceitos com o objetivo de classificação e tendo em vista uma exigência burocrática? Comente.

Novamente quase todos os alunos tecem críticas ao enfoque que se dá às notas para classificação dos alunos, pois alegam que isso faz com que o discente esteja

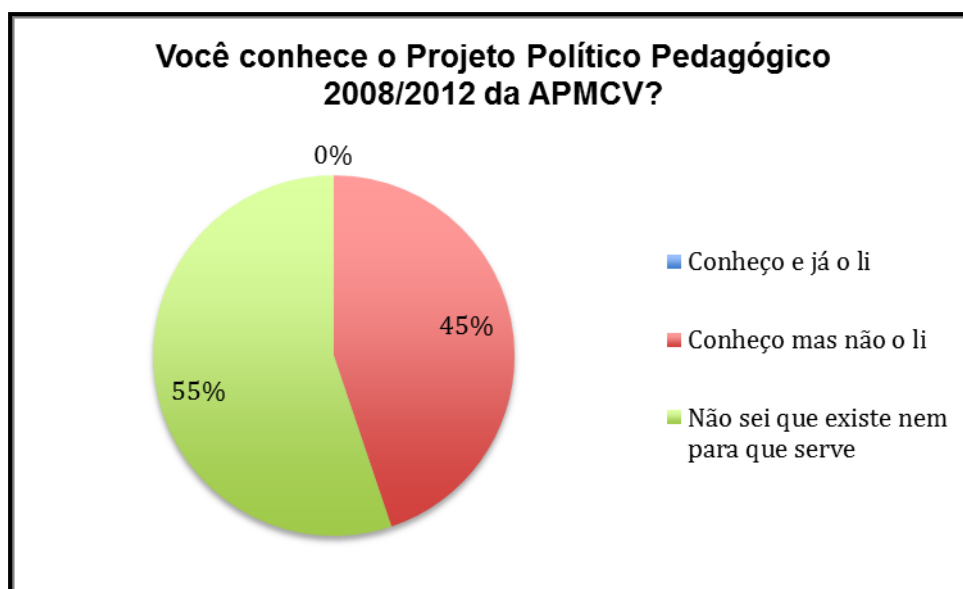
preocupado apenas em “tirar nota” e não em aprender realmente. Abaixo citamos parte dos comentários de três alunos, importantes para entendermos mais profundamente a questão:

A avaliação no CFO tem um conceito deturpado e significa apenas uma forma de se atingir uma classificação. A função de aferir o nível de aprendizagem está realmente comprometida. (Aluno 01)

Acredito que sejam apenas instrumentos de medições e atribuições de notas e/ou conceitos com o objetivo de classificação. A ‘briga’ por classificação é a principal motivação para que o aluno busque notas e não conhecimentos. Raros são aqueles que visam, de fato, aprender. (Aluno 02)

Em suma elementos de atribuição de nota, pela simples exigência burocrática. Porém, volto a afirmar que não são em todas as disciplinas. É importante sim a atribuição de notas, mas esta é apenas uma etapa do processo, e assim deveria ser considerada pelos professores, não como centro das atenções e foco principal da disciplina. O que deveria ser realmente considerado como importante e foco é o aprendizado do aluno e a aplicação do conteúdo em sua vida profissional. (Aluno 03)

A questão nove perguntava: “Você conhece o Projeto Político Pedagógico 2008/2012 da APMCV?”, dessa forma, procuramos saber até que ponto o PPP havia sido compartilhado com os alunos, até para que eles conhecessem as bases pedagógicas adotadas pela escola. Foram ofertadas as seguintes possibilidades de respostas: conheço e já o li; conheço mas não o li; ou não sei que existe nem para que serve tal documento. A seguir, o gráfico que representa as respostas obtidas:



Fonte: questionário aplicado em pesquisa de campo com os alunos do CFO III
Gráfico 02

Verificamos então que a maior parte dos alunos não sabe que existe e nem para que serve o PPP da APMCV. Nos comentários vemos que na verdade não fazem nem ideia do que se trata. Nenhum dos alunos teve acesso ao documento e o leu. Um dos alunos descobriu a existência do documento durante sua pesquisa monográfica, pois tratará de tema ligado à educação na PMMT, mesmo assim, não o leu.

Ainda acerca do PPP, buscando verificar se mais que uma exigência burocrática para a escola, ele também servia de documento norteador para as práticas avaliativas do processo ensino-aprendizagem, formulamos as questões dez e onze.

A décima questão perguntava: “O PPP da APMCV diz que: “O objetivo essencial da avaliação é auxiliar a docentes e discentes a visualizarem a qualidade do ensino e aprendizagem, a partir de critérios definidos e transparentes, a fim de uma aplicação deste componente curricular de forma desapassionada e desvinculada de posições autoritárias, preservando, porém, a autoridade contextual do professor.” Você considera que isto tem ocorrido? De que forma?”

Quanto às respostas à décima questão, extrai-se que a maior parte dos alunos considera que falta transparência e definição de critérios para a avaliação. Salientam que muitos professores não gostam de ser contrariados e que muitas vezes o aluno só recebe da avaliação a nota, mas nenhum *feedback*. Vejamos três exemplos:

Em algumas ocasiões podem ocorrer, mas ainda temos instrutores que não aceitam opiniões divergentes, os quais somos obrigados a concordar com eles. No entanto, na grande maioria dos casos já vemos a transformação do instrutor, em docente de fato, que respeita a opinião do aluno e quando este está se posicionando de maneira equivocada, o professor embasa em bibliografias seu posicionamento, sem impor nada, é claro. (Aluno 04)

Isso ocorre de forma pontual. Muitos instrutores, militares e também civis, não aceitam discussões ou questionamentos, fazendo com que os alunos finjam que participem da aula. Isso não ocorre, em especial, com aqueles instrutores mais envolvidos na área da educação. (Aluno 05)

Às vezes, e com alguns instrutores sim, porém alguns professores não definem os critérios adotados, deixando a transparência de lado. Em muitos casos somente chega ao conhecimento do aluno a nota. (Aluno 06)

A questão onze era: “O PPP da APMCV diz que: “A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, visa medir em termos qualitativos e quantitativos, o desempenho da escola, dos professores e dos discentes, tendo como finalidades:

- Corrigir, em tempo hábil, qualquer desvio, na busca de objetivos fixados no projeto pedagógico e plano de curso, através de constante aperfeiçoamento da atuação docente;
- Verificar a necessidade de correção do processo de ensino e aprendizagem;
- Verificar a mudança de comportamento dos discentes e o atendimento dos objetivos contidos em cada programa de disciplina;
- Medir aproveitamento e classificar os discentes.

Você considera que tais objetivos tem sido atingidos? Quais sim? Quais não? De que forma?”

Os argumentos apresentados como respostas na décima primeira questão dão conta de que boa parte deste objetivos não são atingidos, apesar do aperfeiçoamento constante e perceptível de alguns professores, tanto militares como civis. Os alunos têm a percepção de que a finalidade que mais é perseguida pela avaliação do processo ensino-aprendizagem na APMCV ainda é a nota, o conceito, com o escopo de classificar os alunos. A seguir apresentamos os comentários interessantes de dois cadetes.

Acredito que não é atingido, isto por que desde que entrei na academia não vi nenhuma mudança nos métodos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem. O atual modelo serve apenas para classificar os discentes e nada mais, nem para medir o aproveitamento na disciplina serve. (Aluno 07)

Alguns docentes vêm se aperfeiçoando, mas poderiam ser maiores esses números. O processo de ensino-aprendizagem deve ser seguido, o que não ocorre, ele existe, mas pouco é aplicado. A mudança no comportamento dos alunos é perceptível pelo professor, mas pouco esse pode fazer frente ao sistema da unidade de ensino. O aproveitamento é de maneira ineficaz aferido, através de números obtidos de maneiras subjetivas, e não através de constatação de desempenho. A classificação desses alunos é feita unicamente por índice quantitativo, desprezando fatores qualitativos e de eficiência. Considero que esses objetivos não são atingidos de forma satisfatória como um todo. (Aluno 08)

O objetivo dessa abordagem junto aos alunos do terceiro ano do CFO foi de tão somente conhecer como percebem as avaliações aplicadas por seus professores ao longo do curso.

Nota-se que pela maioria das opções e justificativas apresentadas pelos alunos, quer pela preferência, quer pela rejeição quanto ao tipo de avaliação que realizam,

identificam-se com as características de avaliações tradicionais, pautadas em modelos autoritários, que não favorece uma aprendizagem construtiva, participativa. Há de se ressaltar que as opções e justificativas levadas em conta foram as que mais se destacaram. Poucos foram os casos de respostas que deram conta de atitudes pontuais de alguns professores que entendem a avaliação como mais um instrumento de ensino-aprendizagem, e como tal deve ser utilizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nasceu com o intuito de contribuir com a prática educacional da APMCV, tornando a aprendizagem mais efetiva e significativa por meio da melhoria da avaliação educacional, o que certamente produzirá melhoria da educação.

Para tanto, no desenvolvimento do presente artigo percorremos o caminho da pesquisa bibliográfica, documental e de campo com o intuito de respondermos adequadamente ao problema: Qual a concepção dos alunos do terceiro ano do Curso de Formação de Oficiais da APMCV acerca da avaliação do processo ensino-aprendizagem adotado na instituição?

Assim, procuramos contribuir para o entendimento do que se passa em matéria de avaliação educacional na APMCV, bem como para o esclarecimento de que a avaliação é um importante instrumento de contribuição à aprendizagem e de melhoria do ensino no processo educacional, e como tal não pode ser negligenciado.

Para isso, este trabalho buscou compreender concepções sobre avaliação do ensino-aprendizagem, sua importância e como fazê-la de maneira totalizadora.

Os dados analisados e interpretados dão conta de que a concepção dos alunos acerca da avaliação educacional na APMCV é a de que a avaliação tem sido usada como um instrumento de “medição” do conhecimento e classificação entre os alunos, de modo que não se tem utilizado este importante instrumento como auxiliar do processo ensino-aprendizagem, bem como no desenvolvimento dos discentes.

Além disso, percebe-se que a prática avaliativa do curso, de maneira geral, não segue os principais aspectos abordados pelo PPP e, por conseguinte, não está atendendo, em sua plenitude, às finalidades propostas neste importante documento

pedagógico. Portanto, é preciso buscar novas formas de se fazer avaliação educacional na APMCV.

Não pretendemos com esta pesquisa esgotar o tema que é tão amplo e sobremaneira relevante para a melhoria da prática educacional em nossa escola. Mas, esperamos que ela possa se tornar um instrumento de reflexão dos professores e gestores da APMCV, na medida em que lhes permite compreender como os alunos têm interpretado as práticas docentes na avaliação do processo ensino-aprendizagem. E, dessa forma, que a contribuição à problemática da “Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem” apresentada neste trabalho possa corroborar às discussões do próximo Projeto Político Pedagógico da Academia de Polícia Militar Costa Verde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR COSTA VERDE. **Projeto Político Pedagógico 2008/2012**, 2008.

BALIEIRO, Almir. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**: a concepção dos professores civis e militares da Academia de Polícia Militar Costa Verde – MT. Dissertação de Mestrado em Educação. Instituto de Educação, Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

BARBOSA, J. R. A. **A Avaliação da Aprendizagem como Processo Interativo**: Um Desafio para o Educador. Instituto Superior de Educação da Zona Oeste. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.faetec.rj.gov.br/desup/images/democratizar/v2-n1/art_democratizar_jane2.pdf> Acessado em 15 de setembro de 2012.

BELLAN, Zezina. **Heutagogia**: aprenda a aprender mais e melhor. São Paulo: SOCEP Editora, 2008.

- DEPRESBITERIS, Léa. **Avaliação Educacional em três atos**. São Paulo: SENAC, 1999.
- ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação: Uma Prática em Busca de Novos Sentidos**. 3. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: ArtMed, 2001.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MÉNDEZ, J. M. Á. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Trad: Magda Schwartzaupt Chaves. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.
- PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Trad: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TYLER, Ralph Winfred. **Princípios básicos de currículo e ensino**. Tradução de: Leonel Vallandro. 6. Ed. Porto Alegre: Globo, 1979.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação: Concepção Dialética-libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. 6. Ed. São Paulo: Libertad, 1995.